



Dando início a uma série de audiências públicas com autoridades federais, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebe amanhã, às 10h, o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann. O presidente da comissão, Osmar Dias, espera que os senadores, mais do que simplesmente ouvi-lo, "tirem suas conclusões" para oferecer propostas concretas ao governo e à sociedade.

PÁGINA 2

Pedro Simon pediu que os políticos "tenham a coragem de assumir a missão" de analisar o alcance, a penetração e o poder do rádio e da TV sobre o espectador



## Simon propõe subcomissão de rádio e TV

O senador Pedro Simon apresentou requerimento ontem para que seja criada, na Comissão de Educação, uma subcomissão destinada a analisar o papel do rádio e da televisão no país.

Simon defende que a subcomissão tenha caráter permanente, constituindo-se num fórum de

debates sobre o assunto, capaz de reunir representantes de universidades, igrejas, entidades de classe, órgãos públicos, entre outros.

Em apartes, os senadores Luiz Estevão, Heloísa Helena e Roberto Saturnino apoiaram a idéia de criação da subcomissão.

PÁGINA 7

## Senado aprova recursos para bairros pobres

Financiamento do BID, de US\$ 250 milhões, destina-se a obras de saneamento em 12 estados

O plenário do Senado autorizou a União a contratar empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a obras de saneamento e urbanização em municípios de 12 estados. Os recursos, que custearão obras como redes de esgoto, drenagem e arruamento, beneficiarão bairros pobres de áreas metropolitanas. Os municípios devem candidatar-se ao empréstimo na Caixa Econômica Federal e o dinheiro será repassado a fundo perdido. Devem ser beneficiadas 300 mil pessoas.

PÁGINA 3

**Malan e Fraga falam na CAE sobre o FMI**

PÁGINA 3

# Audiência com Raul Jungmann inicia ciclo de debates na CAS

Presidente da comissão, Osmar Dias, quer que Senado apresente propostas ao governo

Ao explicar o objetivo da audiência pública marcada para amanhã com o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, o senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), afirmou que o "Senado não deve apenas discutir, criticar e contemplar o que vem acontecendo, mas sobretudo tirar as suas conclusões e oferecer propostas para que o governo, ao fazer uma política de reforma agrária, atenda não apenas aos seus interesses, mas aos objetivos da sociedade".

A política do governo no que se refere à reforma agrária será o tema principal da audiência com o ministro. De acordo com Osmar Dias, existe um clima de insatisfação por parte dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Enquanto o MST contesta dados do governo com relação ao assentamento de famílias, a informação oficial é que a reforma agrária em execução é a mais arrojada da história do Brasil.

— A audiência pública também tem como objetivo a necessidade de o Brasil ter uma reforma agrária coerente com uma política agrícola de apoio à propriedade familiar. Sem isso, vamos jogar mais famílias na situação em que se encontram milhares de propriedades familiares do país, que estão praticamente inviabilizadas — opinou Osmar Dias.

Essa audiência com Raul Jungmann

será a primeira de uma programação que pretende trazer todos os ministros e gerentes de projetos da área social do governo. Outro tema que será discutido amanhã é a descentralização da reforma agrária.

Para o dia 31 de março, está confirmada a audiência pública na CAS com o secretário-executivo do programa Comunidade Solidária, Milton Seligman. Ele falará sobre os cortes que o programa sofreu no orçamento deste ano e responderá às críticas — feitas por senadores em plenário — de que o Comunidade Solidária está deixando de atender às camadas mais pobres da população.

Segundo Osmar Dias, Milton Seligman também poderá esclarecer alguma dúvida que porventura tenha ficado da audiência com o ministro Jungmann sobre reforma agrária, já que Seligman foi presidente do Incra no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A série de audiências na CAS faz parte de uma agenda de trabalho que será desenvolvida nos próximos 120 dias, com o objetivo de discutir em profundidade a política social do governo, debater sua eficiência e sugerir, se necessário, alterações em seu rumo. A proposta foi do próprio presidente da comissão. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) sugeriu que a discussão começasse pelo tema reforma agrária.



Osmar Dias defende reforma agrária coerente com política agrícola de apoio à propriedade familiar



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 12h - Participa da cerimônia de sanção do projeto de lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. *Salão Leste - 2º andar - Palácio do Planalto*
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear os 90 anos de dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda, Pernambuco, nos termos do Requerimento nº 89/99, de autoria do senador Lúcio Alcântara e outros senadores.  
Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); \*PDL nº 36/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto (SP); \*PDL nº 38/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente (SP); \*PDL nº 47/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme (SP); e \*PDL nº 50/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S. A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora (MG).

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: \*PLS nº 166/98, que altera a Lei nº 9.691/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estado, objeto do Anexo II da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95, que dispõe sobre as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativa; \*MSF nº 203/97, que submete à apreciação do Senado Federal o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; \*MSF nº 204/97, que submete à apreciação do Senado Federal o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e a Telecomunicações do Suriname (Telesur); e \*PLC nº 13/95, que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 86/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

- ▶ Quarta-feira (24.3.99)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 21/97, que revoga o inciso

V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); \*PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95, que limita as despesas com o funcionalismo público; \*PDL nº 44/98, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Difusora de Itumbiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara (GO); \*PDL nº 46/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis (GO); \*PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catiúpe (RS); e \*PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha (MG).

Quinta-feira (25.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

Sexta-feira (26.3.99)

▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional)

### COMISSÕES

- ▶ Quarta-feira (24.3.99)
- ▶ 9h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 84/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha de Sérgio Silva do Amaral para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e \*Mensagem nº 72/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha de Gelson Fonseca Júnior para exercer o cargo de embaixador-chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: \*Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga Neto, acerca dos termos da revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional, em atendimento ao Requerimento nº 8-CAE/99, de autoria do senador Eduardo Suplicy. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: \*PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; \*PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro); \*PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; \*PLC nº 13/99, que revoga o art. 112 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro); \*PLC nº 15/99, que altera dispositivos da Lei nº 8.432/92, a qual dispõe sobre a transferência de sede de junta de conciliação e julgamento e define jurisdição; \*PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; \*PLC nº 54/96, que regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; \*PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; \*PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; e \*PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 5*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: \*Audiência pública com o ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Raul Belens Jungmann Pinto. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9*

## CRE examina indicação para embaixada na Itália

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia hoje, às 17h30, mensagem presidencial que indica o diplomata Paulo Tarso Flecha de Lima para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália. Amanhã, às 9h30, a comissão delibera sobre mensagem indicando o diplomata Sérgio Silva do Amaral, ex-porta-voz do presidente da República, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido.

A indicação de Flecha de Lima, que era embaixador em Washington e esteve durante cinco anos na embaixada do

Brasil em Londres, terá relatório elaborado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O parecer sobre a indicação de Sérgio Amaral será apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A CRE é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

Ainda na reunião de amanhã, a comissão votará a indicação do diplomata Gelson Fonseca Júnior para o cargo de embaixador-chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas. O senador João Alberto (PMDB-MA) emitirá parecer acerca da indicação.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabar Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovado empréstimo para obras em bairros pobres

Com a autorização do Senado, União poderá contratar financiamento externo de US\$ 250 milhões para construção de redes de esgoto, drenagem e arruamento. Recursos serão repassados a fundo perdido para municípios



Pedro Piva

Cerca de 300 mil pessoas deverão ser beneficiadas com obras de redes de esgoto, drenagem e arruamento custeados por um financiamento de US\$ 250 milhões que o governo federal tomará do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O plenário do Senado autorizou ontem a União a contratar o empréstimo.

Os recursos serão aplicados em 12 estados, beneficiando bairros pobres das áreas metropolitanas, dentro do Programa de Melhoria de Bairros, conhecido como Habitar-Brasil. O programa custará no total US\$ 417 milhões, sendo US\$ 167 milhões originários do Orçamento da União, repassados à Secretaria de Política Urbana. Os municípios devem se candidatar aos empréstimos na

Caixa Econômica Federal e o dinheiro será repassado a fundo perdido.

A proposta recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Pedro Piva (PSDB-SP), que destacou seu caráter social num momento em que a economia do país enfrenta problemas.

O plenário também aprovou ontem pedido do governo para contratar com o Banco Mundial um financiamento de US\$ 5 milhões, destinados a bancar parcialmente um programa de assistência técnica e reformulação dos sistemas de previdência social dos estados. O relator do projeto na CAE, senador Paulo Souto (PFL-BA), afirmou que os gastos de estados e prefeituras com aposentadorias têm crescido rapidamente nos últimos anos e a instituição dos fundos (ou reformulação dos que já existem) é vital para o equilíbrio fiscal. O programa de assistência técnica da União aos estados e pre-

## Plenário inicia discussão do limite para juros

Os senadores discutem a partir de hoje, no plenário, por cinco sessões seguidas, proposta que muda três artigos da Constituição relacionados ao Sistema Financeiro Nacional. O projeto, de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), prevê a revogação de todos os incisos e parágrafos do artigo 192, que estabelece, entre outras coisas, juros reais máximos limitados a 12% ao ano.

A proposta será debatida até o dia



Jefferson Péres propôs substitutivo ao projeto de Serra

29 e, se receber emendas, terá de voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Antes de chegar ao plenário, a matéria recebeu na CCJ substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que faz mudanças no texto inicial. Jefferson não concorda em revogar o artigo 192 e propõe alterações em sua redação, mas aceita eliminar incisos e parágrafos.

José Serra sustenta em sua justificativa que a regulamentação do arti-

go 192 nunca foi votada pelo Congresso, principalmente porque deve ser feita por lei complementar, a qual exige metade mais um de todos os votos de deputados e senadores. Afirma que a Constituição fala em "juros reais" de 12% ao ano, mas "ninguém sabe exatamente o que são juros reais".

No substitutivo, Jefferson concorda com o fim do limite, mas propõe que o Congresso fique com a obrigação de regulamentar o Sistema Financeiro Nacional por leis ordinárias, que exigem menor número de votos para aprovação (metade dos parlamentares presentes mais um).

feitas custará, no total, cerca de US\$ 10 milhões, sendo a metade proveniente do empréstimo do Banco Mundial.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), em nome da liderança do Bloco Oposição, pediu votação

nominal, lembrando que o Ministério da Fazenda ainda não forneceu ao Senado explicações, requeridas pela CAE, sobre gastos administrativos e com "desenvolvimento institucional" do empréstimo de US\$ 250 milhões para o

Habitar-Brasil. Ademir Andrade queria que a votação fosse adiada por 24 horas, prazo em que as indagações da CAE poderiam ser respondidas. No final, a proposta foi aprovada por 41 votos a favor e um contra.

## CAE aprecia aditivos a acordos com o Suriname

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para apreciar, entre outros itens, duas mensagens do presidente da República submetendo ao Senado Aditivos aos Acordos de Reescalonamento de Dívida firmados entre o Brasil e a República do Suriname e entre o Brasil e a Telecomunicações do Suriname (Telesur). O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deu pareceres contrários às matérias.

A CAE vai analisar também projeto da senadora Emília Fernandes (PDT-



Roberto Requião

RS) que altera o valor das taxas de fiscalização cobradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O parecer, favorável, é do senador Osmar Dias (PSDB-PR). Na mesma reunião, serão examinadas duas emendas de plenário a projeto

que cria o Programa Nacional de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal. O projeto original é de autoria da deputada Célia Mendes e as emendas receberam parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).



Armínio Fraga, sabatinado pela CAE no mês passado, volta à comissão para falar sobre as condições em que foi renegociado o acordo com o Fundo Monetário Internacional

## Senadores ouvem Malan e Fraga sobre renegociação com o FMI

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, comparecerão amanhã, a partir da 10h, perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), para explicar os termos da revisão do acordo entre o governo

brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), atendendo a requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A CAE é presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Em sua justificativa, Suplicy explicou que a equipe econômica

divulgou os termos da negociação com o FMI, em que foram estabelecidas novas regras, metas e compromissos que condicionam a liberação das próximas parcelas do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões. O senador quer saber quais são essas novas condições.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 19, de 1999. (MSF 276/98). Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a até cinco milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência - PARSEP.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 41. Não: 1. Total: 42. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 21, de 1999. (MSF 68/99). Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Projeto de Estevão torna indisponíveis os bens da família de seqüestrado

Senador lembra que, na Itália, legislação semelhante inibiu a prática desse tipo de crime, “o mais covarde que pode ser cometido contra uma família”

Ao registrar que no domingo o compositor Wellington Camargo, irmão dos cantores Zezé di Camargo e Luciano, foi libertado, depois de mantido 95 dias nas mãos de seqüestradores, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) informou que deu entrada em um projeto de lei que torna indisponíveis os bens de todos os familiares até terceiro grau das pessoas vítimas de seqüestro.

Luiz Estevão lembrou que um projeto semelhante já havia sido apresentado pelo então senador Maurício Corrêa, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal. De acordo com o senador, apesar de a matéria ter sido aprovada em diversas comissões, terminou sendo rejeitada pela Câmara dos Deputados, que alegou inconstitucionalidade.

– Nesse projeto não havia o envolvimento do Poder Judiciário na apreciação da pertinência ou não da indisponibilidade de bens. Por



Estevão: indisponibilidade atinge bens de parentes até o terceiro grau

isso, reexaminando o assunto, procuramos corrigir esse senão fazendo com que, no momento em que haja o fato criminoso, o juiz seja imediatamente comunicado e

caiba a ele a decisão sobre determinar ou não a indisponibilidade de bens da família do seqüestrado – explicou Luiz Estevão.

Depois de comunicar que havia apresentado o projeto na sessão de ontem, Luiz Estevão pediu o apoio dos demais

var um projeto semelhante ao de sua autoria, o seqüestro deixou de ser prática comum.

A visita dos irmãos Zezé di Camargo e Luciano, na última quinta-feira, também foi ressaltada por Estevão, que lembrou o pedido dos cantores no sentido de que o Congresso tome alguma atitude para diminuir o número de seqüestros no país.

– Este é um crime hediondo, abominável, talvez o mais covarde que possa ser cometido contra uma família, mas que infelizmente para um grupo de criminosos está se tornando um meio de vida cada vez mais freqüente. A experiência do seqüestro é muito dura porque, se o sofrimento termina no momento em que o ente querido retorna a nossa casa, não acaba jamais a dor de ter sofrido – encerrou Estevão, ao lembrar que há um ano e meio ele também teve uma filha vítima de seqüestro.



Eduardo Siqueira Campos garantiu que situação financeira de Tocantins é equilibrada

## Senador comemora dez anos de Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que, ao comemorar 10 anos de autonomia político-administrativa, o estado de Tocantins pode se orgulhar de seu progresso. “Não existe banco estadual quebrado, nem problema de endividamento com a União. Ao contrário, somos credores de R\$ 1 bilhão e gastamos apenas 43% de nossa arrecadação na folha de salários”, destacou.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, “nesses 10 anos de autonomia o estado desenvolveu instalação de usinas geradoras de energia elétrica, abertura e asfaltamento de rodovias, implantação da eletrificação rural e estímulo à agropecuária que resultaram num aumento médio de 7,81% do PIB estadual, bem acima da média nacional, que foi de 2,87%”, afirmou.

O senador por Tocantins agradeceu aos constituintes que, em 1988, criaram o estado. “Antes disso, somente a criação da capital em Brasília e a construção da Belém-Brasília trouxeram algum desenvolvimento à região do norte de Goiás. Agora a situação é bem diferente: das dez hidrelétricas que serão construídas no Brasil nos próximos anos, cinco ficam no rio Tocantins. Temos dois milhões de hectares irrigáveis que estão se desenvolvendo apesar da falta de política agrícola do governo federal”, ressaltou Eduardo Siqueira Campos.

## Tebet propõe voto de aplauso à equipe de *Central do Brasil*

Em nome da liderança de seu partido, o PMDB, o senador Ramez Tebet (MS) apresentou requerimento para um voto de aplauso e louvor ao filme *Central do Brasil*, ao diretor, atores e técnicos. “Num momento em que o país amarga uma crise séria, a consagração internacional do filme na festa do Oscar representou uma trégua no festival de notícias ruins que nos cerca”, enfatizou.

Segundo Tebet, é notável que um filme sério, sem *glamour*, esteja batendo recordes de bilheteria, mais de 1,5 milhão de espectadores no Brasil e 800 mil nos Estados Unidos. “O diretor Walter Salles Júnior e a atriz Fernanda Montenegro conseguiram emocionar o mundo e obter a indicação inédita da ‘velha senhora de Ipanema’ como melhor atriz na festa

do Oscar. Isso resgata nossa capacidade de sonhar, em tempos difíceis como os que estamos vivendo, quando fazer cinema está cada vez mais difícil.”

O senador por Mato Grosso do Sul frisou que, mesmo sem ter ganho as estatuetas, o filme e a atriz elevaram o nome do Brasil. “Fernanda Montenegro continua sendo a alma generosa, trabalhando como uma operária da cultura. Walter Salles mostrou talento ao retratar a alma do brasileiro. Este foi o quarto filme nacional indicado para o Oscar e tenho a certeza de que outros seguirão essa trilha”, disse Ramez Tebet. O presidente da sessão, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), enviou o requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Ramez Tebet afirmou que o filme e a atriz Fernanda Montenegro elevaram o nome do Brasil



Heloisa Helena disse que demissões na área de segurança pública dificultam providências contra crime organizado

## Heloisa pede ação contra a violência em Alagoas

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) conclamou ontem o governo federal a “olhar para Alagoas” porque o estado está enfrentando uma grave crise de violência, que resultou, na sexta-feira passada (dia 19), em mais uma chacina, vitimando, desta vez, o irmão do deputado Luiz Dantas (PSD-AL). “O Senado deve ser fraco porque tantas vezes pedimos providências para problemas de nosso estado e nada acontece”, disse.

Para Heloisa, “o governo federal impôs um programa nazifascista de demissão voluntária que acabou reduzindo o número de funcionários justamente nas áreas-chave da educação, saúde e

segurança pública. Por isso, agora está ainda mais difícil enfrentar o braço covarde do crime organizado, que tem ligações com os poderes político e econômico no estado”, denunciou.

A senadora por Alagoas disse “ter restrições” em relação a intervenção federal, mas afirmou que “o governo federal não pode fugir de suas responsabilidades porque ‘acomodou os interesses’ das elites alagoanas que têm uma relação de promiscuidade com a estrutura de segurança pública e o crime organizado no estado. Agora, o estado exige uma solução para sua situação de fome, miséria e violência”, concluiu Heloisa Helena.



# Ademir aponta distorções na reforma do INSS

Para o senador, extinção de 14 superintendências estaduais, que serão reduzidas à condição de gerências executivas, tornará o atendimento ao cidadão brasileiro “ainda mais precário”

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que a reestruturação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), proposta pelo governo, resultará no agravamento do já precário atendimento ao cidadão brasileiro. “Definitivamente, não é essa a Previdência com que sonham os 18 milhões de beneficiários, nem sequer os 30 milhões de contribuintes que garantem a sobrevivência do sistema”, observou.

Para Ademir, “saltam aos olhos” distorções como a extinção de 14 su-

Ademir: “Não é essa a Previdência com que sonham os 18 milhões de beneficiários”

perintendências estaduais, que serão reduzidas à condição de gerências executivas, entre elas a do Pará. “Ela ficará subordinada à Superintendência do Estado do Amazonas, juntamente com as gerências dos estados de Rondônia, Acre, Amapá e Roraima, muito embora o Pará, sozinho, supere os demais estados da região,



## Maldaner sugere fortalecimento do programa de crédito educativo

Muito mais que uma ação setorial, o programa de crédito educativo (Creduc) deve ser institucionalizado definitivamente, o que implica, conforme defendeu ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que o Executivo o assuma como um programa de governo, envolvendo também a área econômica (ministérios da Fazenda e do Planejamento e Caixa Econômica Federal).

O Creduc, conforme o senador, é a solução para o problema da demanda por matrículas no ensino superior, suprida principalmente por instituições particulares. Além de a maioria dos jovens não ter acesso às vagas oferecidas pelas universidades públicas, gratuitas, são exatamente aqueles que não dispõem de recursos suficientes para arcar com os custos de sua formação universitária que constituem a maior parte da



Para Maldaner, empréstimo do crédito educativo deve ser cobrado quando o estudante estiver trabalhando

clientela das universidades particulares, disse.

Criado na década de 70, o Creduc só chegou a ter “um fugaz momento de êxito” em 1993, pois nos outros anos, sob vários governos, a principal característica

do programa foi a inconstância, “que se manifesta na incerteza do lançamento de seu edital a cada semestre, no atraso do repasse dos recursos, no número de vagas oferecidas”.

– Esse tipo de procedimento – que, desgrazadamente, tem sido uma constante – desorganiza a vida do estudante, fazendo-o viver em permanente estado de tensa expectativa, além de desmoralizar qualquer tentativa séria de planejamento por parte da instituição de ensino – argumentou o senador.

Além de propor o fim da improvisação que atualmente caracteriza o Creduc, Maldaner também reivindicou um reexame da forma de pagamento dos empréstimos contraídos através do programa. Na cobrança da dívida do estudante, sugeriu, o critério deve ser o da inserção no mercado de trabalho.

somados, em número de beneficiários e em valores destinados a esses benefícios. Faz sentido?”, perguntou.

Ademir afirmou que a reestruturação do INSS, proposta em nome de uma racionalização administrativa, precisa ser revista. “Sob pretexto de reduzir custos, suspeita-se que também esse objetivo lhe fuja ao alcance: a adoção da nova estrutura promoveria apenas um remanejamento de cargos, sacrificando a parcela de servidores que atendem ao público e en-

gordando a estrutura dos escalões superiores.”

Em requerimento de informações a ser encaminhado ao ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, Ademir Andrade faz uma série de perguntas a respeito da nova estrutura organizacional do INSS. Ele justificou seu pedido com o argumento de que qualquer mudança que venha a ocorrer na estrutura do INSS deva ser em benefício da melhoria do atendimento ao usuário e não em detrimento dele.

## Amorim prega reexame de política para setor elétrico

Referindo-se ao convite formulado pela Comissão de Fiscalização e Controle para o ministro de Minas e Energia e o presidente da Eletrobrás discutirem o sistema elétrico no Senado, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que é necessário reexaminar a política desse setor, em sua opinião, totalmente voltada para o processo de privatização.

– A exemplo do que ocorre em Rondônia, também em outros estados devem acontecer abusos e vícios, notadamente nas atividades prévias de saneamento financeiro das empresas destinadas à privatização – observou.

Conforme Amorim, no Acre tramita ação civil pública para apurar irregularidades denunciadas em contrato com a suposta produtora independente de energia Guascor do Brasil, irregularidades essas repetidas em Rondônia. Ele informou que a Guascor não possui equipamento instalado ou em



Amorim questiona política voltada para a privatização

instalação, senão a máquina calculadora, e contrata venda de energia por preços 50% superiores aos dos verdadeiros produtores independentes.

Amorim explicou que essas irregularidades foram denunciadas recentemente pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Rondônia, mas já haviam chegado a seu conhecimento e foram informadas ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho.

## Suplicy requer informações sobre venda de controle de telefônica

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou à Mesa do Senado requerimento solicitando informações ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, sobre alterações na composição acionária das empresas concessionárias dos serviços de telefonia. No requerimento, o parlamentar indaga qual a participação da União Globopar Bradesco na Tele Celular Sul e na Tele Celular Nordeste. Além disso, quer saber se essa participação representa controle acionário e qual a justificativa dada pelas empresas para a transferência das ações à empresa Telecom Itália.

No discurso em que defendeu sua

solicitação de informações, Eduardo Suplicy mencionou reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Anatel autoriza Globopar a vender participações”. A matéria jornalística informa que a União Globopar Bradesco vendera toda a sua participação (50% das ações) na Tele Nordeste Celular e Tele Celular Sul – ambas privatizadas há pouco mais de seis meses – à Telecom Itália.

O jornal paulista também afirma que a transferência das ações foi possível porque o negócio fora formalizado antes da entrada em vigor da Resolução 101, publicada no *Diário Oficial* da União em 5 de fevereiro último. A



Eduardo Suplicy lembrou vedação prevista em lei à transferência de controle

resolução implanta um “regulamento para apuração de controle e de transferência de controle em empresas

prestadoras de serviços de telecomunicações”. De acordo com a matéria, a resolução “permite que sejam considerados possíveis negócios entre empresas do setor que têm base em instrumentos jurídicos formalmente celebrados e considerados válidos, antes da publicação do regulamento”.

O senador citou frase atribuída pelo jornal a Renato Guerreiro, na qual este afirma que o contrato celebrado entre as duas empresas “era um documento legal, existente antes do regulamento”, e que “os documentos não devem conflitar com a legislação e a regulamentação vigente”. Suplicy afirmou que “da matéria pode-se concluir que a Anatel adotou entendimento pelo

qual a transferência do controle acionário de empresas prestadoras do serviço de telecomunicações é possível, desde que os respectivos instrumentos tenham sido celebrados anteriormente à vigência da Resolução 101”.

O parlamentar lembrou, entretanto, que “há vedação expressa à transferência do controle das empresas concessionárias recém-privatizadas, prevista pela Lei 9.472, de 16 de junho de 1997”. Disse o senador que o artigo 202 da lei dispõe que “a transferência do controle acionário ou da concessão, após a desestatização, somente poderá efetuar-se quando transcorrido o prazo de cinco anos”.

# Mauro acha muito otimista previsão para agricultura

Sem uma “decisão firme” do governo de apoiar o setor, alerta o senador, expectativa de crescimento no campo poderá ser frustrada

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) advertiu que as previsões para a área agrícola podem inviabilizar-se caso não haja uma decisão firme do governo de apoiar o setor. Na opinião do parlamentar, “setores que não têm intimidade com o dia-a-dia da agricultura e com os problemas crônicos da economia rural estão vendendo uma expectativa excessivamente otimista para o futuro do agricultor brasileiro”.

Mauro afirmou que, desde o início do Plano Real, o produtor rural vem sendo prejudicado por uma perda de renda, com os preços dos seus produtos reajustados em apenas 20% em média, enquanto os indicadores inflacionários eram de 60%. Segundo o senador, esperava-se que a desvalorização do real trouxesse recompensas à agricultura, que en-



Mauro Miranda teme que superávit de US\$ 11 bilhões não passe de “um sonho”

frentou um longo período de sacrifícios.

– Mas o fato é que as nossas primeiras impressões não são favoráveis. Os preços em dólar dos principais produtos exportáveis caíram

a níveis de 13 a 22%, e, ao mesmo tempo, os insumos importados sofreram reajustes lineares, pelo câmbio do dia, mesmo os estoques antigos. Em algumas regiões do país, por exemplo, a vacina contra a febre aftosa foi majorada em 100% – informou o senador.

A maior responsabilidade do governo, para Mauro Miranda, é promover uma mudança radical de rumos na “atual desordem” das prioridades. Segundo ele, o governo deve tomar consciência de que o setor agrícola é o instrumento para o reequilíbrio das contas externas, a atração de novos investimentos, a retomada da credibilidade externa e a criação de empregos. Sem isso, disse o senador, o superávit de 11 bilhões de dólares, almejado pelo governo, “não passará de um sonho”.

## Falta de política agrícola preocupa Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentou a situação da agricultura em seu estado, que atribuiu à falta de uma política agrícola duradoura por parte do governo federal. O senador citou os problemas que os agricultores da região enfrentam, narrados em carta que lhe foi enviada pelo presidente do Sindicato Rural de Nova Xavantina, Ademar José Heitor de Paula.

Em primeiro lugar, Ademar de Paula afirma que, além de os agricultores não se beneficiarem da desvalorização do real na venda de seus produtos, passaram a ter de arcar com aumentos nos pagamentos dos empréstimos contraídos em dólar. Ele diz que também subiram os preços dos insumos, quase sempre cotados em moeda norte-americana.

De acordo com a correspondência, as dificuldades provêm da escassez de recursos governamentais para financiamento do custeio, dos empréstimos dolarizados, da liberação de recursos fora de época, das taxas de juros muito elevadas, dos insumos com preços muito altos, dos fretes muito caros e dos baixos preços dos produtos. Esses problemas, segundo Ademar de Paula, atingem principalmente os sojicultores.

O parlamentar afirmou que, desde sua juventude, ouve os la-



Carlos Bezerra considera “vergonhosa” a importação de alimentos pelo Brasil

mentos dos produtores rurais pela falta de uma política agrícola do governo federal, o que leva a agricultura brasileira a andar aos solavancos. Segundo ele, a falta de planejamento faz com que a produção nunca acompanhe as necessidades determinadas pelo crescimento populacional ou pelo mercado internacional.

– Para grande vergonha nossa, com uma das mais vastas extensões de terras agricultáveis do planeta, o Brasil é, hoje, um dos maiores importadores de alimentos do mundo, necessitando abastecer-se no exterior até de arroz. Repito, isso é vergonhoso, um verdadeiro vexame –

lamentou o senador.

Carlos Bezerra acrescentou que “de nada adiantará colher uma boa safra de grãos se os preços despencarem ou se os produtores tiverem de vendê-la no auge da colheita para saldar empréstimos bancários”. O senador lembrou que também é preciso uma maior atenção à pecuária. Segundo ele, além dos preços baixos oferecidos pelos frigoríficos pela arroba do boi gordo, “os pecuaristas estão enfrentando dificuldades para recuperar e formar pastagens” deterioradas pela grande estiagem ocorrida no ano passado. O parlamentar pediu a abertura de uma linha de crédito para esse fim.

Ao final do discurso, Carlos Bezerra fez um apelo ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, para que tome providências antes que seja tarde demais. Ele quer que sejam postas em prática as promessas do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, ao abrir a colheita da safra deste ano, manifestou sua intenção de levar a agricultura ao patamar que ela “merece ocupar” na economia.

– Se isso vier realmente a ocorrer, podem ter certeza, muitos dos nossos problemas sociais estarão solucionados e a nossa economia terá um impulso significativo – concluiu o senador.

# Paulo Souto propõe plano decenal para o Nordeste

A partir do diagnóstico de que a falta de continuidade em quase todos os projetos destinados a resolver a questão do abastecimento de água no Nordeste é responsável pela persistência do problema da seca, o senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu ontem que o Senado tome a iniciativa de estabelecer, em conjunto com os estados, um plano decenal para a região.

Ele criticou a visão de alguns parlamentares de esquerda, segundo os quais a persistência do problema da seca se deveria a desvios e à aplicação incorreta dos recursos no Nordeste, resultantes “da má qualidade de suas elites, principalmente as políticas”. No passado de fato houve problemas na aplicação de recursos destinados à região, reconheceu, mas “a verdade incontestável”, a seu ver, está na “falta de planejamento de longo prazo e de investimentos proporcionais à magnitude do problema”.

– Investimentos contínuos e bem estruturados resolverão a questão nordestina – insistiu.

Entre 1995 e 1997, exemplificou o senador, as transferências orçamentárias federais para a Bahia foram de R\$ 50 milhões, não estando computados nesse valor os investimentos diretos de órgãos como o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Paralelamente, entre 1991 e 1997, os sucessivos governos estaduais investiram, com recursos próprios, cerca de R\$ 1 bilhão apenas



Paulo Souto sugere investimentos “contínuos e bem estruturados”

em sistemas de abastecimento de água na região do semi-árido, “um nível de inversões que dificilmente o estado poderá sustentar nos próximos anos”, daí a necessidade da participação federal, disse.

Em aparte, o senador Djalma Besa (PFL-BA) concordou com a necessidade de um plano decenal que racionalize e coordene os vários projetos já existentes para o aproveitamento de água no Nordeste. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que, como relator da comissão especial que investigou as obras inacabadas no país, constatou a necessidade de superar a descontinuidade na implantação de projetos e programas. Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, registrou que, como relator do orçamento federal para 1999, respeitou dispositivo constitucional garantindo recursos para projetos de irrigação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## Cabral pede gerenciamento nacional de recursos hídricos

Lembrando que transcorreu ontem o Dia Mundial da Água, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu que o governo brasileiro fixe uma política de recursos hídricos e estabeleça um sistema nacional de gerenciamento desses recursos. “A água será o ouro do século 21”, antecipou.

Ele listou os desafios que, em sua opinião, aguardam a ação do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho: estruturar a carreira de gestão de recursos hídricos; implantar comitês de bacias hidrográficas e agências de água; definir novas áreas de atuação da Secretaria de Recursos Hídricos e do Ibama; e promover a necessária cooperação técnica internacional com os países da bacia amazônica – Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e



Bernardo Cabral previu que a água será o “ouro do século 21”

Bolívia.

Sustentando que a questão da água será a mais relevante e estratégica do próximo século, Cabral mencionou a previsão de especialistas, segundo os quais, no ano 2025, dois terços da população mundial viverão em áreas com recursos hídricos insuficientes.

## Jefferson anuncia à TV Senado audiência sobre *bug* do milênio

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse em entrevista à TV Senado – que irá ao ar hoje às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30 – que será realizada uma audiência pública, no final do mês ou início de abril, para ouvir especialistas dos setores público e privado sobre o *bug* do milênio.

Jefferson Péres já apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. “O problema só foi levantado no Congresso Nacional em pronunciamentos esporádicos, por isso to-

mei a iniciativa de propor a audiência pública que pode resultar numa comissão especial para acompanhar as providências que estão sendo tomadas.”

O senador está preocupado com os efeitos que o *bug* do milênio pode provocar e destaca estudo do Banco Mundial que classificou o Brasil numa posição média dentro de uma escala que indicou as nações mais avançadas e aquelas que ainda não fizeram nada para evitar o problema.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 - *Senado em Pauta*  
7h - *Saúde Toda Dia*  
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Toda Dia*  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Amazonas  
9h30 - *Entrevista* - O senador Jefferson Péres fala sobre o *bug* do milênio  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - *Comissão de Assuntos Econômicos* (ao vivo)  
Em discussão: Projeto que reduz a taxa de fiscalização de instalação das rádios e TVs educativas  
12h30 - *Entrevista* - O senador Jefferson Péres fala sobre o *bug* do milênio  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Ceará  
13h30 - *Mulheres em Destaque* - A senadora Heloísa Helena fala sobre o título que recebeu de Musa do Senado e defende o fim da imunidade parlamentar  
14h30 - *Sessão plenária* (ao vivo)  
Discussão em primeiro turno: Proposta de Emenda Constitucional que altera artigos da Constituição relativos à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional  
18h30 - *Entrevista* - O senador Jefferson Péres fala

sobre o *bug* do milênio

18h55 - *Senado em Pauta*  
19h - *Mulheres em Destaque* - Com a senadora Heloísa Helena  
20h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Bahia  
20h30 - *Entrevista* - Com o senador Jefferson Péres  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - *Mulheres em Destaque* - Com a senadora Heloísa Helena  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - *Sessão plenária* (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - “A Voz do Brasil”  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - “Senado em linha direta - Edição Nordeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h - “Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - “Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida - Música e informação  
00h - Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida - Música e informação

## Simon propõe subcomissão para debater rádio e TV

Parlamentar sugere que Senado crie fórum permanente com a participação de representantes da sociedade civil

A Comissão de Educação do Senado deverá criar uma subcomissão destinada a debater o papel do rádio e da televisão no Brasil, assim como as questões relativas à comunicação de massa. Requerimento nesse sentido foi apresentado ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que se disse preocupado sobretudo



Simon diz que está preocupado com a educação das crianças brasileiras

com a educação das crianças brasileiras. Conforme a proposta do senador, essa subcomissão de rádio e TV deverá ter caráter permanente, constituindo, fundamentalmente, fórum privilegiado de debates sobre o papel que os meios de comunicação eletrônicos, particularmente a televisão,

desempenham no país. Por sua própria natureza, esclareceu, essa subcomissão terá limites, não dispondo de poderes de investigação.

Pelo requerimento de Simon, a subcomissão deverá reunir representantes da sociedade civil, universidades, igrejas, associações de classe, órgãos públicos, entidades profissionais ligadas à área de comunicação, parlamentares e representantes estrangeiros, com o objetivo de analisar o alcance, a penetração e o poder que esses veículos exercem sobre o espectador, assim como os conteúdos das mensagens veiculadas.

Simon justificou seu requerimento alegando que, modernamente, a missão dos parlamentos não se restringe à elaboração de

normas jurídicas, visto que é também sua finalidade aferir e interpretar os anseios, as opiniões e as idéias da coletividade e dos vários segmentos da sociedade. No seu entender, essa subcomissão deverá também realizar audiências públicas com entidades da sociedade, bem como solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Simon pediu que os políticos tenham a coragem de assumir essa missão, fundamental para garantir a educação da mocidade brasileira dentro de padrões éticos. Ele entende que, dessa forma, será possível sanar a ausência do Legislativo na discussão de um assunto tão importante para o país. Em apartes, os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), Heloísa Helena (PT-AL) e Roberto Saturnino (PSBRJ), apoiaram a idéia de Simon.

## Dirigente de biblioteca dos EUA diz que Internet não substituirá o livro

Bibliotecas virtuais não significam o desaparecimento dos livros. Essa foi a principal afirmação do presidente da Biblioteca do Congresso dos EUA, James Billington, em palestra proferida ontem, no Senado Federal, sob o tema *A Biblioteca Histórica e o Futuro Eletrônico*. Segundo ele, a Internet pode aumentar a acessibilidade a acervos antes restritos a poucos acadêmicos e pesquisadores, mas não conseguirá substituir o livro enquanto agente ativador da imaginação. “Não ficamos presos à imagem criada por outro no monitor”, disse Billington.

A palestra contou com a presença do presidente do Conselho Editorial do Senado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que deu as boas-vindas a Billington e ressaltou a oportunidade de receber o conhecimento e a visão de alguém extremamente habilitado para falar sobre este momento de transição que vive o mundo da informação.

O diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, fez um relato do processo de modernização por que passa o Senado. Agaciel destacou o trabalho realizado com o fluxo de informação e a interação da instituição com a sociedade. “Estamos engatinhando, mas existe uma grande disposição de con-

tinuar esse desenvolvimento, essa interação, e garantir os instrumentos para uma boa atuação parlamentar”, afirmou o diretor.

A diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, disse que a palestra proporcionaria bons exemplos para, em futuro próximo, “po-

meio”, revelou. Segundo ele, o excesso de informações não confirmadas que transitam na Internet está colocando em risco o ideal básico da democracia, que é justamente garantir o acesso de todos ao conhecimento.

Os números do acervo da biblioteca são impressionantes. Ela possui 115 milhões de objetos originais, entre documentos, cartas, gravuras, mapas, livros, música e até obras de literatura de cordel, com



Billington fala ao lado do senador Lúcio Alcântara, de Agaciel da Silva Maia e de Simone Bastos Vieira

seis mil exemplares. Em sua *home page*, a biblioteca pretende tornar disponíveis cinco milhões de itens até o próximo ano. Boa parte desse acervo já está disponível, inclusive para *download*.

Ao encerrar a palestra, Billington aconselhou seus ouvintes a nunca confiar em alguém que tem um computador e não adora livros. Segundo ele, esse tipo de pessoa revela uma arrogância que despreza a memória humana acumulada.

James Billington ressaltou que não há sentido em reproduzir livros na Internet. “Queremos criar um senso de cultura compartilhada neste

dermos trabalhar mais estreitamente com a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos”. Billington acenou com a possibilidade de realizar uma exposição virtual em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, a partir do acervo brasileiro que existe na Biblioteca do Congresso americano.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Marina quer punir manipulação de pesquisas

Senadora pelo Acre apresenta projeto que considera fraude a divulgação de sondagem sobre eleições sem a informação da data e do local em que foi realizada e sua margem de erro

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto acrescentando artigo à Lei nº 9.504/97 – que estabelece normas relativas às eleições – para classificar como fraude a divulgação de pesquisa eleitoral sem a informação da data e do local em que foi realizada, bem como sua margem de erro.

A Lei nº 9.504 obriga as entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião sobre eleições a registrar na Justiça Eleitoral, até cinco dias antes de sua divulgação, uma relação de documentos informativos e limites técnicos do trabalho, entre eles a margem de erro, representatividade da amostra e período da coleta de dados. Mas não exige a divulgação desses dados nos meios de comunicação, obrigação que está sendo proposta pela senadora.

– Como a lei não obriga os meios de comunicação a divulgarem essas informações, ou a parte mais significativa delas, as pesquisas eleitorais são apresentadas ao público, em muitos casos, como se refletissem a opinião da maioria dos eleitores – comentou Marina.

Conforme a senadora, a aprovação



Divulgação parcial das informações das pesquisas interfere na vontade do eleitor, diz Marina

do projeto contribuirá para o melhor funcionamento do processo eleitoral, o aumento da participação política e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento da democracia.

Marina Silva considera que, ao não divulgar a totalidade das informações das pesquisas eleitorais, os responsáveis por sua realização e divulgação estariam interferindo diretamente na formação da vontade do eleitor. Essa atitude, salienta, viola tanto a liberdade de consciência e de crença como o direito de todos ao acesso à informação.

## Emilia propõe isenção de pedágio para deficientes

Mediante a apresentação de vale-pedágio pessoal e intransferível, os motoristas portadores de deficiência física e possuidores de veículos adaptados à sua condição ficarão isentos do pagamento de pedágio às empresas concessionárias das rodovias federais. Este é o conteúdo de projeto de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), reapresentado nesta legislatura. O projeto, que altera o Decreto-Lei 791/69, será examinado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tendo em vista a perda de arrecadação das concessionárias, a proposta prevê que a elas será assegurado ressarcimento da receita não auferida em razão da isenção concedida aos deficientes físicos, mediante resgate dos vales recebidos nos postos de cobrança de pedágio. Conforme a proposição, o vale-pedágio será obtido junto ao órgão concedente da rodovia, após o preenchimento de um cadastro.

A isenção do pedágio aos deficientes físicos, argumenta a senado-



Emilia Fernandes reapresentou projeto beneficiando deficientes físicos

ra, leva em conta que eles têm oportunidades de realização profissional e de lazer mais limitadas e que “todos os esforços devem ser envidados no sentido de compensar as dificuldades enfrentadas por esse grupo de cidadãos”. Além disso, acrescenta Emilia Fernandes, devido à falta de recursos para a manutenção das estradas brasileiras, os postos de pedágio “não passam de barreiras físicas à livre circulação dos veículos e sua implantação revela descaso quanto às conveniências dos usuários”.

## Marluce defende incentivo à busca de desaparecidos

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou projeto de lei propondo incentivos fiscais para as empresas de comunicação social que dedicarem espaço à publi-

cação e o número de telefone para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados.

– Não é de hoje que a sociedade mundial e, em particular a brasileira, clama por mecanismos mais eficientes de busca e recuperação de seus filhos desaparecidos. Muitos não se dão conta do número alarmante dessas vítimas inocentes de inescrupulosos e de acidentes da vida – comentou Marluce Pinto.



Marluce Pinto alerta para o número “alarmante” de crianças desaparecidas

as fotografias em embalagens ou invólucros de seus produtos.

A proposta da senadora por Roraima também estabelece que as emissoras de televisão transmitirão diária e obrigatoriamente, no período compreendido entre 8 e 22 horas, no mínimo 30 segundos de fotografias com a identifi-

cação e o número de telefone para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. De acordo com a senadora, não é a primeira vez que matérias como essas são submetidas à apreciação do Congresso. Ela acrescentou que, inclusive, a redação de sua proposta incorpora parte de um projeto aprovado na Câmara e no Senado e vetado pelo presidente da República da época.

## Projeto de João Alberto garante pagamento de cheques

O senador João Alberto (PMDB-MA) apresentou projeto de lei que impõe às instituições financeiras a obrigação de pagar os cheques contra elas emitidos, de até metade do valor do salário mínimo vigente. O projeto prevê que essa responsabilidade estende-se aos cheques de valor superior ao limite estipulado, devendo ser feito então o pagamento parcial.

João Alberto justificou sua proposição afirmando que, embora existam sanções administrativas e legais, o cheque sem fundos tem sido utilizado com uma frequência “absurdamente elevada” no Brasil.

– Um dos motivos que contribu-



Maior segurança para os cheques é o objetivo de João Alberto

em para a larga utilização de cheque sem fundos é o fato de as instituições financeiras não assumirem qualquer responsabilidade em relação aos cheques emitidos por seus correntistas, fazendo com que não sejam suficientemente criteriosas na abertura de contas ou no fornecimento de talonários a seus clientes.

Segundo o senador, a medida conferirá ao cheque maior segurança, “de forma a convertê-lo em eficaz instrumento de pagamento, que atenda às necessidades da população, especialmente dos que o aceitam, minimizando os prejuízos que lhes possam ser causados”.



José Eduardo Dutra: mais conforto para passageiros e motoristas

## Dutra sugere melhorias nos ônibus

Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que prevê modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos, visando melhorar as condições a que são submetidos motoristas e passageiros. De acordo com o projeto, esses veículos deverão ter transmissão automática das marchas e ser equipados com motor de tração localizado na parte traseira ou central, isolado térmica e acusticamente do compartimento utilizado pelos passageiros. A matéria tramita em caráter terminativo na CAE.

Os ônibus brasileiros são considerados de alto padrão tecnológico, mas podem ser aprimorados, segundo José Eduardo Dutra. Uma das alterações necessárias, e que já foi adotada em muitos países desenvolvidos, é a mudança automática de marcha. “A transmissão automática elimina as constantes trocas de marcha, que chegam a quatro mil ao longo do dia, provocando cansaço físico e psicológico nos condutores dos veículos e comprometendo sua atenção ao tráfego”, diz o senador. Ele observa que, além de poupar o motorista, a transmissão automática da marcha evita o desgaste das peças ocasionado pelo câmbio manual, melhorando conseqüentemente o desempenho da suspensão e dos freios e a segurança das viagens.

O isolamento do motor traseiro reduz o desconforto gerado pelo calor e pelos excessivos ruídos e vibrações, que causam irritação e cansaço aos motoristas, provocando, muitas vezes, danos irreparáveis à sua saúde, explica Dutra.

A proposta do senador é de que no prazo de dois anos as modificações sejam feitas pelos fabricantes, importadores, montadores e encarregados dos veículos.